

## Ata da reunião do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos vinte e cinco dias do mês de maio de dois mil e cinco

Estiveram presentes à reunião: Sra. Ana Paula da S. Augusto, representante dos trabalhadores de saúde do serviço privado; Sr. André Luiz C. Fonseca, representante dos hospitais filantrópicos; Sra. Cristiane S. Ferreira, representante do Movimento Sindical; Sra. Edna F. de Sousa, representante dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Sra. Elizabete G. Miranda, representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Sudoeste; Sr. Ericino Mariano Jr., representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Noroeste; Sra. Ezenilda S. Silva, representante das associações de portadores de deficiência e/ou patologias; Dr. Gilberto L.M. Selber, Secretário de Saúde e Presidente do Conselho; Sr. José Araújo Silva Filho, representante do Movimento Popular de Saúde; Sr. José Augusto de Melo, representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Norte; Sr. José Carlos P. de Freitas, representante do Movimento Sindical; Sr. José Luiz Zétila, representante do Movimento Sindical; Sra. Leonilda B. Cabrera, representante do Movimento Popular de Saúde; Sr. Luverci Rocha, representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Leste; Sra. Maria Ivonilde V. de Souza, representante dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Dra. Nadja M.M. Abdalla, representante da Diretoria Regional de Saúde; Dr. Pedro Humberto Scavariello, representante da Secretaria de Saúde; Dr. Rober T. Hetem, representante do Hospital Mário Gatti; Sra. Solange Ap. de Moraes, representante dos prestadores de serviços não hospitalares; Dra. Taniella C. Mendes, representante das entidades de classe; Sr. Waldomiro Aprile Jr., representante do Movimento Popular de Saúde; Sra. Antonia Bersi, representante suplente dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Sudoeste; Sr. Francisco Chagas Ferreira, representante suplente dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Sul; Dra. Ivanilde Ribeiro, representante suplente do Hospital Mário Gatti; Sr. João das Graças Silva, representante suplente dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Sr. Jorge Odair Krassuski, representante suplente das entidades de classe; Sr. José David Santomauro, representante suplente dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Dra. Maria Cecília B. Piovesan, representante suplente da Secretaria de Saúde; Sr. Ricardo Campos Moura, representante suplente das associações de portadores de deficiência e/ou patologias; Sr. Ronaldo Luis de Almeida, representante do Movimento Sindical; Sra. Soeli A.M. Gava, representante suplente do Movimento Popular de Saúde; Sra. Zilda Colombo, representante suplente do Movimento Popular de Saúde; Sra. Sílvia S.T. Nicolau, secretária do Conselho; funcionários da Secretaria de Saúde; conselheiros locais de saúde. Justificaram ausência: Sr. Edilson Baqueiro, representante dos serviços de saúde da PUCAMP; Sr. José Paulo Porsani, representante do Movimento Sindical; Sra. Maria Izabel N. Marques, representante dos conselhos de classe; Sr. Suely Fátima de Oliveira, representante suplente do Movimento Sindical. Faltraram: Sr. Carlos Amate, representante dos hospitais filantrópicos; Dr. Carlos Frazatto Jr., representante das associações de aposentados; Dr. Ivan F.C. Toro, representante da UNICAMP; Sr. João Xavier, representante do Movimento Popular de Saúde; Sr. José Luiz Rezende, representante do Movimento Sindical; Sr. Kurt Keller, representante do Movimento Popular de Saúde; Dra. Lígia Ap. N. Almeida, representante da Secretaria de Saúde; Dra. Mary Angela Parpinelli, representante dos serviços de saúde da UNICAMP; Dr. Odorino H. Kagohara, representante da PUCAMP; Sr. Paulo Sérgio Gomes, representante do Movimento Sindical.

A pauta da reunião constava dos seguintes itens: 1) Aprovação da ata da reunião de 27.04.05; 2) Proposta de Organização das Reuniões do Conselho; 3) Plano de Ação e Metas do Programa Municipal de DST/AIDS; 4) Situação do Abastecimento; 5) Informes: 5.1. Conferência Municipal de Saúde; 5.2. Pré-projetos a serem encaminhados ao Ministério da Saúde.

Dr. Gilberto iniciou a reunião colocando em votação a ata da reunião de 27.04.05, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida, Sra. Sílvia leu a proposta de organização das reuniões do Conselho, já com as alterações propostas pelos conselheiros, conforme documento encaminhado anteriormente que, após discussão, foi aprovado com uma abstenção, cujo teor segue transcrito: "**ORGANIZAÇÃO DAS REUNIÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE** – 1) As reuniões deverão ter início às 18h30min com a presença da maioria absoluta de seus membros. Caso não haja quorum, após 15 minutos, poderá ser iniciada a reunião com quorum mínimo de 1/3 de seus membros, sendo pelo menos 6 representantes de usuários e 6 dos demais segmentos (artigo 23 da Lei do Conselho). 2) A Mesa Diretora consultará o Conselho sobre a necessidade de novos pronunciamentos quando o ponto de pauta já tiver 05 inscrições para intervenções, garantindo a participação de maior número de conselheiros. Não havendo consenso, serão abertas mais 2 inscrições, sendo uma a favor e uma contra, passando ao regime de votação, se necessário. Todas as falas deverão ter no máximo 3 minutos, com extensão para mais um minuto se a Mesa autorizar. As votações deverão ser nominais, quando o assunto for polêmico, a critério do Conselho. 3) Pedidos de pauta deverão ser encaminhados à Secretaria Executiva na primeira semana do mês. A pauta será montada seguindo os seguintes critérios de prioridade: Urgência (com justificativa); Relevância social (abrangência); Recursos envolvidos. 4) As reuniões deverão ter no máximo 2 horas de duração, para melhor aproveitamento e para que não haja esvaziamento de plenário, prejudicando a decisão coletiva. 5) Todos os projetos a serem discutidos deverão ser encaminhados aos conselheiros com pelo menos sete dias de antecedência. **OBSERVAÇÕES:** 1. **Questão de Ordem** - levantada para suspender votação, discussão ou encaminhamento que fira a democracia, o regimento ou regras da reunião. Deve ser dirigida à mesa. 2. **Questão de Encaminhamento** - levantada para sugerir encaminhamentos de uma reunião, votação, de discussão, etc. Deve ser dirigida à mesa. 3. **Questão de Esclarecimento** - levantada quando há dúvidas relacionadas a discussão, votação ou encaminhamento. Deve-se indicar quem vai dar os esclarecimentos. 4. **Aparte** - tempo solicitado a quem está falando para intervenção. O aparteado pode ou não ceder o tempo. 5. **Regime de votação** - declarado pela mesa, só pode ser interrompido por questão de ordem. 6. **Declaração de Voto** - direito que a pessoa tem de se abster do voto, podendo pronunciar-se após uma votação. 7. **Matéria Votada** - matéria que já obteve apreciação e por isso não deve ser mais discutida e/ou votada. 8. **Direito de Resposta** - direito que a pessoa tem de se esclarecer ou de se pronunciar, se for atacada ou mal compreendida. 9. **Informes** - terão a duração máxima de 3 minutos cada." Terminado esse ponto, passou-se à apresentação e discussão do Plano de Ação e Metas do Programa Municipal de DST/AIDS para o período de junho de 2005 a junho de 2006. Sra. Cristina, Coordenadora do Programa, explicou o processo de construção do plano, que contou com ampla participação de profissionais dos 5 Distritos de Saúde, do Fórum Municipal de Organizações Não Governamentais que atuam nessa área, da Secretaria Executiva do Conselho e do Conselho Fiscal. Como o Plano era muito extenso, Sra. Cristina apresentou as planilhas consolidadas dos 3 eixos de atuação, quais sejam: prevenção, assistência e gestão. Para cada um dos eixos foram definidas áreas temáticas, com estabelecimento de metas e prazos a serem cumpridos. Na área de gestão: Gerência de Recursos, Sustentabilidade Institucional e Financeira, Atenção aos portadores de hepatites virais, Desenvolvimento Humano e Institucional, Comunicação Social, Monitoramento e Avaliação, Sustentabilidade política, Logística de preservativos, Vigilância Epidemiológica às DST/HIV/AIDS, Vigilância Epidemiológica – DST. O custo estimado para essa área seria de R\$ 115.800,00, sendo R\$ 23.500,00 do incentivo e R\$ 92.300,00. Na área de assistência, as áreas temáticas definidas são: Atenção a Gestante HIV positiva e as crianças expostas ao HIV, Atenção a pessoas vivendo com HIV/AIDS, Desenvolvimento Humano e Institucional, Diagnóstico e Acompanhamento Laboratorial do HIV/Aids, Redução da Transmissão Vertical do HIV, Redução da Transmissão Vertical do HIV/Sífilis, Redução da Transmissão Vertical da Sífilis. O custo estimado seria de R\$ 477.700,00, sendo R\$ 263.500,00 do incentivo e R\$ 214.200,00 de contrapartida com recursos próprios. Na área de prevenção foram definidas como áreas temáticas: comunicação em saúde, prevenção em serviços, desenvolvimento humano e institucional, promoção de práticas sexuais seguras, redução de danos pelo uso de drogas e redução da transmissão vertical do HIV. O custo estimado seria de R\$ 411.143,04, sendo R\$ 198.643,04 do incentivo do Ministério da Saúde e R\$ 212.500,00 de contrapartida com recursos próprios. O valor total do PAM seria de R\$ 1.044.643,04, sendo R\$ 485.643,04 do incentivo e R\$ 519.000,00 de contrapartida municipal, acrescido do repasse fundo a fundo para o subsídio às Casas de Apoio, contempla o repasse de recursos para as instituições já conveniadas, como: RNP+, ACADEC, Centro Corsini, Grupo da Amizade, Morada Amor e Luz, Esperança e Vida, e a inclusão do Grupo Vida. Sra. Cristina colocou que, para que todas as metas fossem atingidas, ainda seriam necessários mais cerca de R\$ 150 mil, estando sendo feitas gestões, inclusive pelo Fórum de ONGs AIDS, junto ao Ministério da Saúde para aumentar o valor do incentivo para Campinas. Sr. Fábio, Diretor do Fundo Municipal de Saúde, colocou que o custo do PAM mais o custeio do Centro de Referência, que é de cerca de R\$ 3 milhões, representam 1,2% do custo total do orçamento da Secretaria de Saúde. Sendo assim, solicitou que fosse feita uma avaliação do cumprimento das metas para o próximo período. Sr. Júnior colocou que a AIDS não é muito debatida nos Conselhos Locais de Saúde e reforçou a necessidade de que as ONGs participem das suas reuniões. Sra. Yara lembrou que uma das determinações daquele PAM era a montagem de 3 conselhos, ou seja, conselheiro gestor do Centro de Referência, comissão gestora dos convênios e Conselho Local de Saúde do Centro de Referência, o que considerou ser uma conquista do controle social. Sr. Roberto, presidente da Associação Esperança e Vida, solicitou esclarecimento acerca dos valores do repasse para as Casas de Apoio, referindo que a sua associação se sentia injustiçada com essa nova forma de financiamento, pela qualidade e tipo do serviço prestado. Sr. David elogiou o processo de construção do PAM e cobrou participação de todas as ONGs nos diversos fóruns de discussão. Sra. Cristina declarou que foram cumpridos 95% das metas estabelecidas para o PAM anterior e que todas as que não foram cumpridas foram reapresentadas. Declarou ainda considerar que o controle social não só tem o direito como o dever de participar. Esclarecendo as questões colocadas pelo Sr. Roberto lembrou que o convênio com a Associação Esperança e Vida foi o primeiro a ser estabelecido com recursos próprios em Campinas e foi a única associação ligada a AIDS, em Campinas, que tem emenda parlamentar para ampliação de sua estrutura. Com relação aos valores do subsídio às Casas de Apoio informou que o Ministério remunerou as acomodações de maneira diferente do município, ou seja, os valores são menores. Mas, em acordo com a Secretaria, foi feita a opção de não reduzir o valor de nenhum parceiro, isto é, uma parte vai ser remunerada com recursos fundo a fundo e a diferença com recursos próprios. Esclareceu que, na nova política do Ministério, as casas de apoio são tipificadas, de acordo com a complexidade do serviço prestado. Não havendo mais conselheiros inscritos, Dr. Gilberto colocou o PAM em votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. Sr. Lino, vice-presidente do Fórum Municipal de ONGs AIDS, e Sr. Mário, representante da ACADEC, solicitaram o encaminhamento de moção de repúdio pelo fato do Sr. Roberto ter se retirado da reunião, o que foi considerado como postura inadequada e desrespeito às pessoas presentes. A solicitação foi aprovada pelos conselheiros, devendo a Secretaria do Conselho redigir e encaminhar a moção à Associação Esperança e Vida. A seguir, passou-se à discussão sobre a situação do abastecimento da rede municipal. Sra. Nilda, Diretora do Departamento Administrativo, informou que, para que a situação seja normalizada, foi feita uma reestruturação da equipe e dos fluxos de trabalho, buscando agilizar os processos para que seja possível dar resposta mais rápida às necessidades da rede, garantindo qualidade nas aquisições e contratações de serviços. Entre os problemas a serem enfrentados estão a existência de 69 compras em andamento, outras Secretarias em reestruturação e a resistência de alguns fornecedores em enviar orçamentos para a Prefeitura devido a atrasos anteriores de pagamentos. Com relação ao Almoarifado declarou que foram implementadas profundas mudanças, devendo ser realizado novo inventário no mês de junho. Além disso, estão sendo realizadas adequações ao programa de informática em implantação e foi desencadeada a revisão de cotas. Houve também significativa redução no número de itens limitados e zerados. Com relação à manutenção, a meta é atingir um tempo resposta de 24 horas. Os estoques estão sendo normalizados para viabilizar as necessidades, além de serem necessárias algumas contratações. Foi desencadeado estudo para disponibilizar pequeno orçamento para as Unidades de Saúde e serão reabertos novos contratos mais adequados à necessidade. Sra. Nilda apresentou também alguns gastos realizados pelo Departamento nesse período. Dos medicamentos informou que poucos itens estão zerados, porém todas as providências foram tomadas, visando a normalização. Declarou que alguns deles são de responsabilidade da Secretaria de Estado da Saúde. Dos materiais médico-hospitalares também poucos itens estão com problemas. As licitações estão sendo conduzidas e há necessidade de definição dos protocolos de distribuição para que seja possível realizar uma previsão mais adequada. Com relação ao passe de ônibus urbano, utilizado por pacientes dos CAPS, ocorreu alteração na rotina de aquisição junto à TRANSURC e, após negociação demorada, a situação será normalizada em junho próximo. Informou que os processos licitatórios para aquisição de materiais odontológicos estão homologados e que os itens não adquiridos nos processos considerados essenciais foram providenciados em caráter emergencial. Informou também que a maior parte dos materiais de consumo de limpeza é fornecida pela Secretaria de Administração, estando a situação em vias de se normalizar, mas ainda com pendência de alguns itens. Outro item importante é referente aos mandados judiciais. Tem havido demanda crescente por materiais e medicamentos não padronizados, de custo elevado, e de responsabilidade dos Poderes Estadual e Federal. Até aquela data, haviam sido gastos de R\$ 133.840,30 com tais itens e atualmente a Secretaria já tem 25 pacientes inscritos e ativos. Considerou imprescindível que se aprofundem as discussões sobre esse tema. Terminada a apresentação foi aberta a palavra aos presentes para esclarecimentos e comentários. Participaram da discussão os senhores Taniella, Ezenilda, Yara, Rocha, Lino, Maria Ivonilde, tendo sido apresentadas as seguintes questões: quais os equipamentos contemplados com contratos de manutenção; alteração nos critérios para bolsas de colostomia; falta de informação sobre sondas uretrais para bexiga neurogênica; esclarecimentos sobre tipos de licitação; manutenção predial; alteração da denominação dos passes para portadores de patologias; quem fornece material de limpeza; revisão da padronização de medicamentos. Sra. Nilda esclareceu que alguns itens de insumos estão com a compra praticamente pronta, sendo que aqueles referentes a equipamentos especializados têm seu fornecimento incluído no contrato de manutenção. Com relação às bolsas de colostomia informou que não houve alteração e continua sendo exigido que a empresa tenha registro no Ministério da

Saúde; quanto às sondas concordou que é necessário maior treinamento dos profissionais, o que está sendo providenciado pelo Departamento de Saúde. Colocou-se à disposição, junto com o Sr. Fábio, para apresentar aos conselheiros as modalidades de licitação e questões relacionadas a orçamento. Informou que vem enfrentando muitos problemas na área de manutenção predial, mas, após término do levantamento de necessidades, deverá ser aberta licitação para contratação de empresa, a fim de tornar mais ágil o processo de recuperação das unidades. Com relação ao material de limpeza informou que é fornecida parte pela empresa contratada e parte pela Prefeitura. Sobre a padronização de medicamentos, declarou ser de responsabilidade do Departamento de Saúde, embora trabalhem conjuntamente nessas definições, e que tão logo seja finalizada a revisão das cotas será dado início ao processo de revisão da lista básica. Dr. Gilberto colocou que o abastecimento, no início do ano, ficou muito prejudicado em função dos valores inscritos em restos a pagar, mas que, como os conselheiros puderam verificar, a situação já está praticamente normalizada, graças ao esforço dos profissionais envolvidos. Em seguida, passou-se à seção de informes. Sra. Silvia convidou a todos para comparecerem no dia 31, às 10 horas, no Ambulatório Ouro Verde, ocasião em que seria entregue, pelo Prefeito e Secretário de Saúde, mais um mamógrafo à população de Campinas. Convidou também para um ciclo de palestras em comemoração ao Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher e Dia Nacional de Redução da Morte Materna, a ser realizado no dia 30, às 14 horas, no Salão Vermelho. Informou que o Hospital de Clínicas da UNICAMP autorizou a Associação de Ostimizados a atuarem junto aos seus usuários a fim de prestar orientações. Outro informe foi referente à realização da 7ª Conferência Municipal de Saúde, que deverá ser precedida por pré-conferências temáticas, entre elas, de Saúde do Trabalhador e de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde, devendo a Secretaria Executiva iniciar a discussão sobre a organização desses eventos. Apresentou aos conselheiros lista dos pré-projetos a serem encaminhados ao Ministério da Saúde para obtenção de recursos, quais sejam: Reestruturação da Rede de Frio, no valor aproximado de R\$ 1.100.000,00, a ser reapresentado por solicitação do Ministério da Saúde; construção do Almoxarifado da Saúde, no valor aproximado de R\$ 2.400.000,00 e construção do CS Vila União, no valor aproximado de R\$ 350.000,00, ambos já aprovados pelo Conselho no ano de 2004; Readequação da estrutura física do Laboratório do Hospital Mário Gatti, num valor estimado de R\$ 624.000,00; Aquisição de equipamentos para esterilização de materiais do Hospital Mário Gatti, no valor de R\$ 496.000,00; Aquisição de equipamentos para o Centro de Oncologia, no valor de R\$ 3.534.500,00. Serão encaminhados também pré-projetos referentes a emendas parlamentares, sendo eles: R\$ 200.000,00 para construção do Módulo de Saúde da Família do Jardim Rossin (Deputado Luciano Zica); R\$ 450.000,00 (Deputado Carlos Sampaio), R\$ 200.000,00 (Deputada Luíza Erundina), R\$ 200.000,00 (Deputado Jamil Murad), R\$ 200.000,00 (Deputado Luciano Zica) para aquisição de Equipamentos para Urgência/Emergência; R\$ 2.400.000,00 para construção do Pronto Socorro do Campo Grande (Deputado Dr. Hélio); R\$ 21.000.000,00 para construção do Hospital Ouro Verde (Bancada de São Paulo coordenada pelo Deputado Dr. Hélio). Dr. Gilberto esclareceu que os projetos referentes às emendas têm grande possibilidade de aprovação, uma vez que já estão consignados no orçamento da União, mas que será feito um trabalho político para aprovação daqueles que são extra-orçamentários. Dentre esses últimos, informou que está sendo preparado projeto para aquisição de equipamentos de informática, para viabilizar a melhoria do processo de gestão, e de mobiliário. Sra. Maria Ivonilde informou que de 26 a 29 de maio estará ocorrendo o acampamento da solidariedade, organizado pelo Comitê de Solidariedade às Vítimas de Áreas Contaminadas. Nada mais a ser tratado, encerro a presente ata, a qual assino com os demais presentes.

**retorna a relação de atas do CMS**